

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa(s) seguradora(s) para emissão de apólices de seguros, na modalidade SEGURO GARANTIA JUDICIAL, pelo período de 24 meses, com 4 (quatro) linhas divididas conforme a seguir:

Lote 01: Linha facility no montante de até R\$ R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais).

Lote 02: Linha facility no montante de até R\$ R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais).

Lote 03: Linha facility no montante de até R\$ R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais).

Lote 04: Linha facility no montante de até R\$ R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais).

2. COBERTURAS E CONDIÇÕES

2.1. Coberturas

A apólice de seguro de Garantia Judicial tem como objeto a garantia de indenização até o valor máximo fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento de FURNAS nas obrigações vinculadas a processos judiciais.

2.2. O Limite Máximo de Garantia (LMG) é o valor máximo de garantia de responsabilidade da Seguradora. O LMG estará limitado a R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), por um período de 24 meses, por lote.

2.2.1. O LMG da Licitação totaliza o montante de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

2.3. Exclusividade

A presente contratação não importa em conceder exclusividade à CONTRATADA com relação ao seu objeto, pelo que, concomitantemente, FURNAS poderá manter ajustes idênticos com outras empresas.

2.4. Condições Gerais

O plano de seguro deverá estar em conformidade com o disposto na Circular SUSEP nº 477, de 30 de setembro de 2013 e com a legislação em vigor.

2.5. Prazo

Esta contratação terá o período de vigência de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data de assinatura do Contrato podendo ser prorrogado dentro dos limites da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletrobras. As apólices de seguro emitidas dentro da vigência do contrato facility terão vigências independentes da vigência do contrato facility.

2.6. Sub-rogação de Direitos

Pelo pagamento da indenização, cujo recibo vale como instrumento de cessão, a Seguradora fica sub-rogada em todos os direitos do segurado contra o tomador, dos prejuízos indenizados ou que para eles tenham concorrido.

3. COSSEGURO

3.1. Para cada lote, serão aceitas participações de até 02 (duas) seguradoras em regime de cosseguro, sendo que o percentual de suas responsabilidades deverá ser expresso na proposta. Será considerada Líder do seguro a Seguradora que participar com maior percentual do Risco.

3.2. A seguradora Líder ficará incumbida da administração e operação da apólice, em conformidade com os termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) nº 68, de 03 de dezembro de 2001.

4. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) já ter prestado serviços de emissão de apólice de Seguro de Garantia Judicial, em valores iguais ou superiores a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

a.1) Deverão constar no(s) Atestado(s) de Capacidades Técnica, em destaque, pelo menos, os seguintes dados: data e local da prestação do serviço; nome da contratante e da seguradora contratada; especificações e demais dados técnicos com informações sobre os dados da apólice.

b) . Certidão ou declaração, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, com data de expedição de, no máximo, 30 (trinta) dias anteriores à data da sessão pública do Pregão, comprovando que o LICITANTE não está sob direção fiscal, intervenção ou em processo de liquidação extrajudicial.

4.1. No caso de PROPOSTA apresentada por cosseguro, os documentos de habilitação supra referidos, deverão ser fornecidos relativamente a cada uma das empresas participantes.

4.2. Juntamente com a Habilitação deverá ser apresentado Termo de Constituição de Cosseguro, assinado por todas as seguradoras, informando os respectivos percentuais de participação.

4.3. Será considerada válida a apresentação de atestados independentes, obtidos pelas empresas que integram o cosseguro, e que, em conjunto, produzam o mesmo resultado que um atestado único no que diz respeito ao atendimento do requisito.

4.4. Adicionalmente, fará parte dos procedimentos de contratação do vencedor do certame, reunião de “kick off” presencial em Furnas, visando alinhar os entendimentos e procedimentos emissão de apólices, pagamentos e de regulação dos processos de sinistros por ventura demandados por Furnas, dentre outros assuntos pertinentes.

NOTA: A SUSEP é o órgão governamental, vinculado ao Ministério da Fazenda, responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro. Cabe a ela determinar quais empresas estão autorizadas a atuar no mercado segurador. A emissão da certidão é gratuita e sua emissão é realizada através do seu sítio na internet (<http://www.susep.gov.br/>). A data de expedição será de, no mínimo, 30 (trinta) dias anteriores à data de realização da sessão pública do Pregão, comprovando que o proponente não se encontra sob direção fiscal, intervenção ou em processo de liquidação extrajudicial.

5. SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E DAÇÃO EM GARANTIA

5.1. Ficam vedadas a subcontratação parcial ou total, a dação em garantia e a cessão ou transferência do CONTRATO a terceiros.

5.2. O descumprimento do disposto neste item ensejará a rescisão do Contrato, bem como, sujeitará a CONTRATADA às sanções estabelecidas no Contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras neste TERMO DE REFERÊNCIA:

- a) executar fielmente os SERVIÇOS, de acordo com as Cláusulas e condições deste CONTRATO e seus Documentos Complementares e em rigorosa observância às normas e processos técnicos e tudo mais que necessário for à sua perfeita execução, garantindo-o contra eventuais falhas de mão-de-obra, impropriedade dos métodos de execução ou má qualidade dos serviços prestados, respondendo na forma da Lei por quaisquer questões do objeto deste CONTRATO;
- b) assumir inteira responsabilidade técnica pelos SERVIÇOS prestados;
- c) emitir a apólice no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contados a partir da data da solicitação da emissão;
- d) as apólices deverão ter vigência conforme determinação do juízo;
- e) arcar, integralmente, com os custos de emissão das apólices;
- f) entregar a FURNAS, na assinatura do CONTRATO, cópia da carta de concessão da linha de resseguro (facility) específica para a modalidade Seguro Garantia Judicial, no valor de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), para cada lote, para um período de 24 (vinte e quatro meses), devidamente autenticada pelo(s) ressegurador(es);
- g) indenizar o segurado no prazo estipulado pelo juízo;
- h) transferir para a estipulante, a qualquer tempo, as vantagens auferidas com benefícios fiscais, isenções e/ou redução dos impostos incidentes sobre os seguros contratados;
- i) assegurar a cobertura contratada durante a vigência da apólice;
- j) manter todos os documentos utilizados na prestação dos SERVIÇOS sempre atualizado com a legislação e regulação em vigor;
- k) estar durante toda a vigência do CONTRATO em situação regular junto à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;
- l) manter, durante toda a execução deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de qualificações técnicas exigidas por FURNAS para a prestação dos SERVIÇOS ora contratados;
- m) manter-se inteiramente quite com as contribuições trabalhistas, previdenciárias e fiscais;
- o) preparar e fornecer aos seus empregados o formulário PPP, quando exigível, na forma da Lei;
- p) apresentar, em até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento de FURNAS dos subsídios necessários, e manter no local da prestação dos SERVIÇOS os laudos técnicos e documentos exigidos na legislação previdenciária vigente (PCMSO, PGR, PPRA e PCMAT) quando pertinentes aos SERVIÇOS executados, devidamente atualizados, quando aplicável;
- q) apresentar a FURNAS anualmente, ou a qualquer tempo, quando lhe forem solicitados, os referidos laudos técnicos e documentos, sob a responsabilidade de sofrer as penalidades previstas neste CONTRATO, quando aplicável;
- r) enviar a FURNAS, caso as atividades exercidas pelos trabalhadores não permitam a concessão de aposentadoria especial nos termos da legislação vigente, juntamente com sua

nota fiscal ou fatura, declaração neste sentido e sob as penas da Lei, o que será condição para a liberação dos pagamentos e eventual aplicação de penalidades previstas no Contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Constituem-se obrigações da Contratante, além de outras previstas neste TERMO CONTRATUAL:

- a) notificar a CONTRATADA todas as falhas, erros, imperfeições ou irregularidades que encontrar na prestação dos serviços, dando-lhe, inclusive, prazo para sua correção;
- b) exigir da CONTRATADA os laudos técnicos e documentos previstos na legislação previdenciária em vigor (LTCAT, PCMSO, PGR, PPRA e PCMAT);
- c) exigir da CONTRATADA, quando aplicável, a declaração, sob as penas da lei, de que as atividades exercidas pelos empregados no presente TERMO CONTRATUAL não estão sujeitas à concessão de aposentadoria especial;
- d) prestar as informações e fornecer todos os dados que sejam necessários à execução dos SERVIÇOS contratados;
- e) prestar quaisquer esclarecimentos adicionais relativos à emissão das apólices;
- f) comunicar, de imediato, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, quaisquer procedimentos que considerar irregulares quanto aos seguros contratados;
- g) fornecer à SUSEP quaisquer informações solicitadas, dentro do prazo por ela estabelecido;
- h) pagar os prêmios das apólices de seguro.

8. ORÇAMENTO

8.1. O Orçamento é sigiloso, conforme disposto nos Art. 34, da Lei nº 13.303/2016 e Art. 30, Item 1, do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletrobras.

8.2. O boleto do Seguro deverá ser encaminhado a FURNAS juntamente com a apólice e, após aprovado, será pago à CONTRATADA, em 3 (três) parcelas mensais, iguais e sucessivas sem juros, sendo a primeira 30 dias após o início de vigência da apólice.

9. PLANILHAS PARA PREENCHIMENTO DOS LICITANTES

9.1. O LICITANTE deverá obrigatoriamente apresentar sua PROPOSTA orçamentária conforme planilha a seguir que deverá estar acompanhada da composição de preço unitários do item, da planilha de detalhamento da composição do prêmio de seguro e do IOF, com identificação da empresa e assinatura autorizada em todas as folhas.

O Licitante deverá obrigatoriamente apresentar sua proposta com a identificação da empresa, datada e com assinatura, conforme quadro abaixo.

LOTE 1:

IMPORTÂNCIA SEGURADA R\$	TAXA 24 MESES %	PREÇO 24 MESES R\$
250.000.000,00		
PREÇO GLOBAL POR 24 (VINTE E QUATRO) MESES R\$		

LOTE 2:

IMPORTÂNCIA SEGURADA R\$	TAXA 24 MESES %	PREÇO 24 MESES R\$
250.000.000,00		
PREÇO GLOBAL POR 24 (VINTE E QUATRO) MESES R\$		

LOTE 3:

IMPORTÂNCIA SEGURADA R\$	TAXA 24 MESES %	PREÇO 24 MESES R\$
250.000.000,00		
PREÇO GLOBAL POR 24 (VINTE E QUATRO) MESES R\$		

LOTE 4:

IMPORTÂNCIA SEGURADA R\$	TAXA 24 MESES %	PREÇO 24 MESES R\$
250.000.000,00		
PREÇO GLOBAL POR 24 (VINTE E QUATRO) MESES R\$		

NOTAS:

- 1) O preço (prêmio) de cada apólice a ser emitida é obtido através da aplicação da taxa anual global de% sobre o valor da importância segurada e proporcional ao prazo de vigência da apólice.
- 2) Lembramos que o LICITANTE, ao preencher sua PROPOSTA no sítio do COMPRASNET, deverá considerar como Preço Unitário o valor referente ao Preço Global por 24 meses, por ITEM, de sua PROPOSTA e como quantidade o valor 01 (um).
- 3) O LICITANTE deverá informar em sua proposta os percentuais dos impostos incidentes, conforme a legislação em vigor.
- 4) O LICITANTE deverá informar os dados bancários onde os pagamentos serão creditados (números de c/c, agência e banco).

10. FORO

10.1. O foro competente para dirimir eventuais litígios é o do domicílio do segurado, ou seja, a cidade do Rio de Janeiro/RJ.